

# Missão europeia aponta falhas graves no Sisbov

Produtor é principal alvo das vistorias e questionamentos

Maristela Franco  
colaborou Moacir José

“O sistema de certificação de vocês não oferece garantias”. Essa frase, proferida pelos inspetores da União Europeia que visitaram o Brasil entre os dias 5 e 19 de novembro, deixou o setor pecuário brasileiro em estado de alerta. Ao que tudo indica, não há possibilidade de reincorporação dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná à área habilitada a exportar para o bloco, devido à gravidade dos problemas identificados no Serviço Nacional de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov). Teme-se, inclusive, que a UE imponha restrições maiores à carne brasileira. Um *draft* (relatório preliminar da missão) deve ser enviado ao governo até o final deste mês.

“A situação desta vez é mesmo séria”, alertou Francisco Jardim, superintendente federal da Agricultura em São Paulo, durante reunião da Câmara Setorial da Carne Bovina do Estado, no dia 29 de novembro. Segundo ele, o sistema de saúde pública foi considerado satisfatório, apesar de alguns problemas pontuais; o programa antiaftosa ainda apresenta deficiências associadas à vacina, à sorovigilância e ao trânsito animal, mas o que realmente desagradou os europeus foi o Sisbov. Os técnicos visitaram várias fazendas em seis Estados – São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais – e não pouparam críticas ao sistema, ainda contaminado pelo chamado “boi virtu-



▣ Brincos poderão ser substituídos por dispositivos eletrônicos

al”.

**BALANÇO NEGATIVO** – Em reunião tensa com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os técnicos europeus disseram que as certificadoras não detectam, em suas inspeções de campo, as deficiências que eles observaram facilmente. Em uma fazenda, o proprietário e a certificadora informaram que os animais haviam sido vendidos, mas estes

continuavam na Base Nacional de Dados (BND); em outra, os brincos do antigo Sisbov foram removidos para aplicação de novos identificadores; em uma terceira, animais foram comunicados como mortos sem investigação da certificadora e da unidade local de atenção veterinária (Ulav); em uma quarta, foi encontrado um grande número de

brincos não usados.

Os inspetores concluíram, portanto, que os dados apresentados pelas certificadoras não refletem a realidade. Os cadastros de animais fornecidos por essas empresas não bateram com os das unidades locais e, muitas vezes, nem com os rebanhos existentes nas propriedades. De 54 cadastros checados nas Ulavs, 32 (60%) apresentaram mais de 10% de discrepâncias com o Sisbov. O problema já havia sido apontado por missões anteriores e o fato de ele não ter sido corrigido pôs em cheque todo o controle de movimentação animal do País, que, segundo os europeus, não garante que a carne exportada para a UE seja proveniente de animais que permaneceram pelo menos 90 dias na área habilitada.

Desde a criação do Sisbov em 2002, criticou-se sua desconexão com as unidades locais de atenção veterinária, mas a questão sempre foi adiada pelo governo, alegando-se dificuldades operacionais, como a falta de informatização dos escritórios, carên-

cia de pessoal e, principalmente, falta de definição quanto à participação dos Estados no processo de rastreabilidade. Foram feitas algumas tentativas esporádicas de integração das Ulav's ao sistema, logo abandonadas. Resultado: antes da chegada da missão europeia, alguns Estados organizaram "forças-tarefas" de emergência para compatibilizar os cadastros das unidades locais com os da BND, mas não havia tempo hábil para arrumar a casa.

**SÃO PAULO** - Nenhum Estado passou ileso pela inspeção, mas São Paulo apresentou problemas particularmente sérios, conforme apurou **DBO**. Houve grande estresse antes da visita à primeira fazenda incluída no roteiro. Chegou-se a falar em "resistência à missão", mas Rubens Furquim, dono da propriedade, diz que isso não aconteceu. "Me ligaram informando que a visita seria feita na manhã seguinte. Expliquei que precisava de mais tempo para reunir o gado, alojado nas áreas mais afastadas e íngremes da fazenda, hoje quase toda ocupada com cana. Em nenhum momento me recusei a receber a missão. Apenas fiz um relato das dificuldades, que os técnicos puderam conferir pessoalmente. Respondi todas as perguntas e atendi todas as solicitações que me fizeram", diz ele.

No momento da visita, a auditoria para manutenção da fazenda no Sisbov estava vencida, porque Furquim pensava em deixar de criar gado na área. "Justamente por isso, eu ainda não havia brincado alguns animais, o que não constitui incorformidade, pois a regra me dá até 30 dias para identificá-los e esse prazo ainda não havia acabado", justifica o produtor. Confusões à parte, o que realmente irritou os europeus, segundo uma fonte ouvida por **DBO**, foram as discrepâncias de informação verificadas no confinamento da Comapi, empresa do Grupo Bertin localizada em Lins, SP.

Nessa propriedade, os técnicos encontraram brincos não utilizados, estoque de animais diferente do existente na certificadora e no escritório local, além de lotes incluídos na BND em data anterior à da Guia de Trânsito Animal (GTA), o que configura "boi



□ Reunião da Câmara Setorial da Carne Bovina de São Paulo

virtual".

Segundo Paulo Nogueira, coordenador de desenvolvimento sustentável do Mapa, o confinamento encontra-se suspenso. Procurado por **DBO** para esclarecimento do problema, o portavoza da Comapi não foi encontrado. Valmir Luís Rodrigues, diretor da Bioastro, certificadora que credenciou a propriedade, disse que as discrepâncias identificadas nesse confinamento também foram observadas pela missão em outras propriedades e deve-se à falta de conectividade entre o Sisbov e as unidades locais de atenção veterinária.

"A certificação é um retrato do que está acontecendo na fazenda em determinado momento. Entre as inspeções, realizadas a cada 60 dias nos confinamentos e 180 dias nas demais propriedades, o produtor se compromete a comunicar à certificadora as movimentações de animais e a fazer os registros necessários. Assina um documento assumindo esse compromisso e responsabilizando-se pela veracidade dos dados fornecidos", explica Rodrigues, salientando que a Bioastro cumpre todas as determinações do Mapa e faz as certificações conforme manda a Instrução Normativa Nº 17.

**DESABAFO** - Os problemas detectados em São Paulo acirraram os ânimos.



□ Gilman, do Conseagri: GTA eletrônica avança.



□ Guedes, do CNPC: críticas à fiscalização em SP.

Durante a reunião da câmara setorial paulista, Sebastião Guedes, presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC), disse que o governo estadual não prioriza a pecuária de exportação. "Talvez essa não seja uma vocação econômica do Estado, já que a cana e a laranja parecem mais atraentes. Então, que isso fique bem claro. Assim, o produtor pode decidir seu destino. Os episódios ocorridos em Lins mostram que a situação deixa muito a desejar. São Paulo precisa evoluir no cadastramento e na fiscalização das propriedades, se é que pretende voltar ao mercado europeu. Espero que os problemas observados pela missão sejam apenas de âmbito municipal ou regional, porque, se refletirem a situação do Estado, nossas pretensões estarão aniquiladas", dispara ele.

Segundo Guedes, São Paulo desenvolveu um criativo slogan na época eleitoral para sua agropecuária: "risco sanitário zero", mas o presidente da comissão científica da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), Vicente Caporale, diz que risco zero é uma falácia. "A inspeção da missão europeia mostrou que Estados como Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás tiveram desempenho superior ao de São Paulo, porque se prepararam. A Secretaria de Agricultura precisa mostrar vocação e aparelhar-se para fiscalizar as propriedades inscritas no Sisbov", frisou o presidente do CNPC, recomendando ainda aos pecuaristas que invistam em identificação eletrônica e parem de transformar os frigoríficos em "otologistas" (médicos de ouvido), forçando-os a ler brincos sujos de lama na calha de sangria. "Brincos, só para pequenos rebanhos", argumenta.

O coordenador de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo, Anselmo Lucchese Filho, rebate as críticas de Guedes e diz que a Secretaria realizou as ações solicitadas. "Cerca de 20 dias antes de a missão chegar ao País, nos pediram para checar os cadastros de animais das propriedades inscritas no Sisbov e confrontá-los com os nossos, listando todos os casos que tivessem discrepâncias acima de 30%. Fizemos esse trabalho, a título de colaboração, porque o Sisbov não é competência

nossa e sim do Ministério. Em seguida, uma equipe visitou as fazendas que apresentavam maiores divergências de dados e as respectivas unidades locais de atenção veterinária. Fizemos o que estava a nosso alcance para equalizar as informações que podiam ser equalizadas”, argumenta Lucchese.

**GTA ELETRÔNICA** – Conclusão disso tudo: a integração dos órgãos estaduais de defesa sanitária ao Sisbov é imprescindível e inevitável. No dia 22 de novembro, o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri) se reuniu em Brasília para fazer um balanço da missão e discutir o assunto. Eles pediram maior fiscalização sobre as certificadoras e apoiaram a proposta de implantação da GTA eletrônica nos Estados que exportam para a União Européia.

Gilman Viana Rodrigues, secretário de Agricultura de Minas Gerais e presidente do Conseagri, informa que a emissão de guias de trânsito animal em Santa Catarina e Minas Gerais já é 100% informatizada. Em Goiás e Mato Grosso, esse índice é de 70%. Os Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo também já iniciaram o processo de informatização das GTAs, que, por determinação do Mapa, deve ser concluído até final de janeiro. Quem não cumprir essa exigência, vai ficar de fora da exportação.

Antenor Nogueira, presidente do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte, vê na GTA eletrônica um avanço importantíssimo. “Ela é crucial para o País, que conquistou a liderança mundial nas exportações de carne bovina. Não tem mais cabimento preencher essas guias manualmente”, diz ele. A intenção do Mapa é integrar as GTAs com os DIAs, para eliminar as discrepâncias entre os estoques de animais do Sisbov e os das Ulavs. Quando essa integração estiver concluída, as guias somente poderão ser emitidas se o técnico do escritório local confirmar, após acesso à BND, que os animais estão inscritos no Sisbov e já cumpriram a “noventena” exigida pela União Européia.



❑ **Problemas nos frigoríficos foram pontuais; preocupação é com o impacto da Circular 898, que restringe abate de animais de áreas não habilitadas.**

## Governo baixa pacote inicial de medidas

O casamento da GTA eletrônica com o Documento de Identificação Animal (DIA) é apenas uma das medidas baixadas pelo Ministério para controle da movimentação animal. Em conversas com jornalistas em São Paulo, no dia 2 de dezembro, o ministro Reinhold Stephanes confirmou mais uma vez que a coordenação do Sisbov passará para a Secretaria de Defesa Agropecuária, chefiada por Inácio Krotetz. “Os inspetores europeus foram enfáticos em afirmar que não seria possível manter o Sisbov desconectado da defesa animal. Nós já tínhamos percebido isso, mas não quisemos mudar as regras antes da visita deles, para não criar confusão”, explicou o ministro.

Além da transferência do Sisbov para a SDA, o ministro destacou outra importante medida: a circular 898, que obriga os frigoríficos exportadores a abaterem apenas animais com no mínimo 90 dias de permanência nas áreas habilitadas pela União Européia. Na prática, isso quer dizer que eles somente poderão comprar bovinos rastreados e pelo sistema novo, já que o velho extingue-se este mês. “Além disso, a checagem dos documentos dos animais e dos brincos deverá ser feita pelo inspetor do SIF no momento do desembarque”, complementa Ari Crispim, coordenador de programas especiais do Mapa. Havendo inconformidade, todo o lote é desclassificado e a propriedade fica impedida de abater animais por 90 dias.

“Foi uma decisão dura, mas que tivemos de tomar, porque já fazia mais de nove meses que esse assunto estava parado, sem solução por parte dos setores envolvidos (Esta-

dos e iniciativa privada)”, ponderou Stephanes. Segundo Antônio Camardelli, diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), a Circular 898 engessa o processo, mas pode manter uma janela aberta com a União Européia até conseguirmos construir um sistema confiável, de preferência com identificação eletrônica e adesão efetiva do produtor. “O controle dos frigoríficos é direto: se eles cumprem as determinações, estão dentro; se não cumprem, estão fora. Já o produtor precisa ser convencido a rastrear seus animais e seguir as regras”, diz Camardelli.



❑ **Stephanes: medidas duras foram necessárias.**

Fábio Dias, diretor-executivo da Associação Nacional dos Confinadores (Assocon), está preocupado com a rigidez da Circular 898. “Se eu confinar 10.000 animais para o mercado europeu, serei obrigado a investir R\$ 50.000 em rastreabilidade, considerando-se uma despesa de R\$ 50/cab com brincos, certificação, mão-de-obra, alimentação diferenciada, extra pelo bezerro de área habilitada, etc. Se apenas um animal perder o brinco, todo esse investimento irá por água abaixo e eu ainda ficarei 90 dias sem poder abater. Ou seja, meu negócio será inviabilizado. O risco é muito grande, será que vale a pena?”, indaga o executivo. ◀